

Os militares e a República

Senador JARBAS PASSARINHO

Vitoriosos na guerra contra o Paraguai, regressam os militares ao Brasil. Éramos a única nação escravista e a única monarquia, então, no Novo Mundo. Coincidentemente, a partir de 1870, crescem dois movimentos de opinião das elites: o abolicionismo e o republicanismo. A marcha da escravidão pesava sobre nós insuportavelmente, já que o Brasil era, então, o último país em todo o Ocidente a manter regime escravista. Por seu turno, a monarquia começava a ser olhada como um exotismo, em um continente dominado pelas repúblicas.

Enquanto o abolicionismo encontraria notáveis lideranças políticas e intelectuais a seu favor, no Parlamento como na imprensa, as idéias republicanas encontravam reduzida plêiade de pregadores. No Rio de Janeiro, a 3 de novembro de 1870, Quintino Bocaiuva e mais 57 signatários redigem o Manifesto Republicano e fundam o Clube Republicano. Não passou realmente de um clube, sem penetração maior. Em São Paulo, o movimento foi mais importante. Em Itu, realiza-se em 1873 uma convenção, da qual resultou a fundação do Partido Republicano Paulista, no qual pontificaram Prudente de Moraes e Campos Sales, mais tarde ambos presidentes da República. Mas, como salienta Oliveira Vianna:

“O ideal republicano não contribuiu de uma maneira assinalável para esta admirável trepidação característica do período que precedeu à República: carecia de prestígio necessário sobre as elites e sobre as massas. Era um ideal vago, insulado num recanto da consciência nacional, com um raio de ação muito reduzido. Mas é certo, também, que o sentimento republicano não estava de modo algum generalizado na consciência das elites e, muito menos, na consciência das massas.”

A Revolução Francesa e principalmente o exemplo dos Estados Unidos influenciavam, é certo, uma parte das elites e os quadros mais esclarecidos dos partidos políticos, especialmente o novo Partido Liberal, mas em grau muito limitado, o que contrasta violentamente com o sentimento antiescravista, que permeara a sociedade quase por inteiro. Por outro lado,

o exemplo de desordem social e do aparecimento do caudilhismo, que medravam em torno de nós, de nossas fronteiras, e que até já nos obrigara a ações armadas para combatê-los, não eram certamente bons parâmetros a seguir, o que foi enfatizado por Nabuco, enquanto se batia vigorosamente pela abolição.

Homens da lei e da ordem, militares provados nas duras guerras, contra oligarquias republicanas, Caxias e Osório eram monarquistas convictos, como o eram Deodoro e o Visconde de Pelotas até dias antes da queda do 2.º Império. Tudo o que se temia era a sucessão de Dom Pedro II, cujo estado de saúde se agravava cotidianamente. Diabético, sofrendo crises constantes de falta de memória, quase abúlico, o monarca envelhecera precocemente, ao mesmo tempo em que pairava no ar a ameaça de, vindo ele a ser sucedido pela Princesa Isabel, ter o Conde D'Eu, estrangeiro ainda não totalmente assimilado pelo povo, como o monarca de fato, *l'éminence grise*.

O foco republicano estava mais firmemente edificado entre os estudantes, particularmente na Escola Militar, onde a figura de Benjamin Constant, por seu talento matemático e por seu exemplo de vida, forjado na doutrina de Augusto Comte, empolgava os cadetes, que lhe devotavam um sentimento próximo da veneração.

A estrutura social da Escola Militar punha em evidência que o corpo de cadetes não provinha das classes privilegiadas. Estas, amparadas na escravatura e no latifúndio, enviam seus filhos para as escolas de Direito, de onde saíam ramos para a magistratura, a diplomacia e o Parlamento. O estudo do *brazilianist John Schulz*, autor da tese: "The brazilian army and politics", cobrindo o período de 1850-1894, citado por Américo Jacobina Lacombe, constata que os cadetes procediam "de famílias de poucos recursos. E quando têm um desses nomes mágicos de família, que fornecem políticos poderosos, estadistas profundos, felizes diplomatas e administradores bem sucedidos, antes de mais nada pode afirmar-se que o portador é bastardo, sobrinho pobre ou parente remoto. Os filhos e parentes ricos são destinados aos cursos jurídicos".

É nessa conjuntura que se vão repetir atritos entre os militares e os "casacas", que se denomina de "Questão Militar", em analogia com os incidentes com o clero, que tinham sido chamados de "a Questão Religiosa".

Pedro Calmon, em sua "História do Brasil", enxerga o embrião desse conflito crescente na decisão do Imperador, contrariando Zacarias de Goes, apoiado que este estava por todo o Gabinete, e decidindo em favor de Caxias, para nomeá-lo para o comando das tropas expedicionárias brasileiras na Guerra do Paraguai. Equivocadamente, o notável escritor pretende ser esse episódio a origem do poder militar prevalecente sobre o poder civil, quando em verdade o nosso melhor general, aquele que jamais fora vencido

em campos de batalha, não era chamado a dirigir nosso Exército em luta, por mero capricho de um Gabinete liberal, que temia a projeção de um conservador.

O que se chama de "Questão Militar" é uma sucessão de fatos relacionados com a inconformação dos militares diante de certas medidas tomadas pelo Governo, dentre as quais sobressaem as que envolveram o Coronel Cunha Matos e o Tenente-coronel Sena Madureira, envolvendo questão de honra pessoal.

Vale recordar a lúcida interpretação de Oliveira Vianna sobre a psicologia do militar. Damos-lhe a palavra:

"O militar tem, com efeito, por educação e por dever o sentimento muito vivo do seu pundonor pessoal, da dignidade de sua farda e dos seus galões: a própria condição de guerreiro em perspectiva, de homem destinado a uma missão de bravura, justifica perfeitamente esta mentalidade especial. O militar tem, pois, que ser absolutamente intransigente no tocante ao seu pundonor profissional."

É sobre a garantia ou a negação do direito de defesa da honra que os episódios constitutivos da "Questão Militar" vão percutir. Vejo, porém, nos dois casos que mais agudizaram o conflito, naturezas nitidamente diversas. Diferenças básicas, ainda que com as mesmas conseqüências.

Em 1884, o tenente-coronel Sena Madureira, que se batera com bravura nos campos de batalha do Paraguai, quando recebeu as mais honrosas citações, era homem polêmico e muito brioso. Já mostrara, antes, no episódio da tentativa governamental de modificação do montepio militar, o seu temperamento e desassombro. Abolicionista convicto, estando no comando da Escola de Tiro de Campo Grande, lá recebe ostensiva e festivamente o jangadeiro Francisco Nascimento, que se fizera notório ao rebelar-se, em Fortaleza, impedindo o embarque de escravos para a Corte. O Ministro da Guerra, Senador Franco de Sá, desejando puni-lo, manda interpelá-lo pelo ajudante general do Exército. Sena Madureira recusa-se a aceitar a interpelação, argumentando que só devia explicações ao seu superior direto, o Conde D'Eu, Comandante-Geral da Artilharia. A resposta ministerial não se fez tardar. Sena Madureira é repreendido e exonerado, recorrendo a um Conselho de Guerra, mas logo em seguida nomeado para o comando da Escola de Tiro de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. O que ele jamais aceitaria como reparação.

Se o Governo pretendeu confiná-lo, errou, pois o que conseguiu foi a aproximação de Sena Madureira com ninguém menos que Júlio de Castilhos, que viera graduado pela Escola de Direito de São Paulo, o foco mais brilhante da pregação positivista e abolicionista. Nada obstante a sua idade, jovem, de 21 anos de idade, Júlio de Castilhos se impôs aos revolu-

cionários que o cercavam, partidários da mesma doutrina republicana. No jornal *A Federação*, fazia o proselitismo positivista e republicano. Nele abrigou Sena Madureira que, para fugir à proibição regulamentar, escrevia artigos não assinados. Ou era disso suspeitado. O Ministro da Guerra deu-se por atingido, acusando o militar de procedimento desleal, em discurso no Parlamento, onde travou acerbo debate com o Visconde de Pelotas, que defendeu Sena Madureira. Era uma gota a mais, a separar do Governo os militares. Impossível negar, porém, que o árdego tenente-coronel, além de humanitariamente a favor da abolição, era uma intelectualidade brilhante e já politizado. Sua aproximação com os epígonos de Augusto Comte já significava a sua adesão ao regime republicano, sob a forma que se vulgarizou como ditatorial, pretendendo traduzir o pensamento de Comte. Na verdade, a denominação é indutora de equívoco, pois a rigor significaria repúdio à forma assembleísta, visando a reforçar o poder central, mas resguardando amplo exercício da liberdade, como sustenta Ivan Lins. Em essência, pode-se fazer uma grosseira analogia entre a pregação comtiana de então e o "presidencialismo imperial" de Shlesinger. Ainda que não comparável à democracia, também não se iguala ao totalitarismo.

Visando a coibir as manifestações públicas dos militares e suas conseqüências, ao tempo da gestão do Ministro da Guerra, Senador Cândido de Oliveira, fora reativada a proibição aos oficiais de alimentarem discussão pela imprensa, mesmo que para defenderem-se de acusações julgadas injustas, a menos que com prévia autorização do ministro. É esse dispositivo disciplinar que vai dar margem, por sua aplicação, a outro conflito, envolvendo o Coronel Cunha Matos, oficial muito conceituado no Exército, sem qualquer veleidade republicana.

Em inspeção, dentro de suas atribuições, realizada rotineiramente, no Piauí, em 1885, o Coronel Cunha Matos verificou vultoso desvio de fardamento, na unidade comandada pelo Capitão Pedro José de Lima. O pressuposto para a averiguação era o afastamento do capitão, contra o que protestou o Deputado Simplício de Rezende, pretendendo ver, na acusação, injunção política. Da tribuna da Câmara, o deputado não só defendeu o seu protegido como enveredou pela injúria. Reabriu uma dolorosa cicatriz, perfilhando acusação infamante: a de que o coronel tinha, quando prisioneiro dos paraguaios, em Tuiuti, obedecido ordens de Solano Lopez para abrir fogo de artilharia contra os brasileiros. Dessa torpe acusação, o Coronel Cunha Matos, em processo por ele mesmo pedido, fora absolvido no Supremo Conselho Militar. Exumando essa miséria, o deputado estava arrimado em suas imunidades. Cunha Matos faz uso da imprensa para defender-se e criticar o Ministro, Deputado Alfredo Chaves. Este prontamente reagiu e o puniu com prisão, da qual não recorreu o coronel. O Exército, porém, viu na punição a solidariedade do ministro à infâmia praticada pelo deputado. Funcionou o *esprit de corps*. O caso pessoal tomava vulto abrangente. Como bem viu Oliveira Vianna "essa repreensão (na verdade, prisão) tão natural e tão regulamentar foi como a percussão de

uma espoleta de granada. Feriu a "honra da farda". E a honra da farda explodiu".

Com efeito, o Visconde de Pelotas, que comandara Cunha Matos e lhe tinha admiração, fez incisivo discurso no Senado, em defesa da honra, que julgou ultrajada, do Coronel. Disse que o agravo que sofrera Cunha Matos era, por injusto, uma ofensa a toda a classe. E acrescentou: "O oficial que é ferido em sua honra tem o direito imprescindível de desagrar-se". O Senador Barros Barreto, pretendendo limitar esse direito, em aparte, disse:

— "Desde que as leis o permitam".

Ativo, o Visconde retrucou:

— "Eu não digo que as nossas leis o permitam. Estou dizendo ao Ministro da Guerra o que eu entendo que deve fazer um militar quando é ferido em sua honra. E fique sabendo o nobre senador por Pernambuco que quem está falando assim, assim procederá, sem se importar que haja lei que o vede. Eu ponho a minha honra acima de tudo!"

Esse conceito de honra, os militares espantavam-se de não o ver alçado ao mesmo nível de sacralidade, pelos "casacas". Nisso estava, provavelmente, a gênese da animosidade de parte a parte.

Júlio de Castilhos, por sua inteligência brilhante e forte liderança, passa a chefiar o Partido Abolicionista e Republicano do Rio Grande. Dele se aproximara Sena Madureira, a quem o Ministro Franco de Sá atribuíra os artigos apócrifos, no debate no Parlamento. Indignado, Sena Madureira publica, no jornal de Júlio de Castilhos, um artigo assinado, em agosto de 1886. Foi imediatamente repreendido, por transgressão, com base no aviso que proibia a manifestação de militares pela imprensa. Júlio de Castilhos corre em sua defesa, em matéria publicada no mesmo jornal. Depois de salientar que o artigo de Sena Madureira fora "concebido em linguagem atenciosa e cortês, em resposta às desagradáveis alusões de caráter pessoal que no Senado lhe fez o Sr. Franco de Sá", põe em dúvida a legalidade do ato ministerial. Escreve:

"Se alguma lei pode no caso ser invocada pelo ministro prepotente, essa é a lei do arbítrio, que aliás é neste Império a mais imperiosa, a mais respeitada e a que é mais freqüentemente posta em aplicação."

E pouco adiante:

"Molestando e ofendendo a nobre suscetibilidade de oficiais superiores, da ordem do Tenente-Coronel Madureira, que é sem dúvida uma das figuras mais culminantes do Exército nacional, o Império não desaira o ofendido, a quem não faltam as simpatias e as homenagens dos companheiros de armas e a cujos

merecimentos é tributado justo respeito unânime; mas viola a responsabilidade militar e ofende, na pessoa de um chefe eminente, o justo melindre e a honra do Exército, que valem tanto como os bríos e a dignidade da Nação”.

Realmente, a punição de Sena Madureira provocou a mobilização de seus companheiros, em solidariedade. Foram ao comandante das armas, que era Deodoro, dublê de vice-presidente da província. Pediram-lhe permissão para uma reunião. Concedendo-a de pronto, o Marechal avisou:

— “E fiquem sabendo que já estou troteando nos postos avançados”.

Alusão a cartas que já vinha trocando com o Presidente do Conselho, Cotegipe. Este, conhecendo o que se passara em Porto Alegre, telegrafou a Deodoro perguntando-lhe se a reunião fora de seu conhecimento e se a autorizara. “Sim”, respondeu o comandante das armas. Os oficiais — disse — encontravam-se justamente melindrados com o tratamento dado à classe, e ele também o estava. Contemporizador, Cotegipe silenciou.

A insatisfação se alastrava. No Rio de Janeiro, os oficiais reuniram-se e prestaram solidariedade aos camaradas do Rio Grande do Sul.

Até então, Deodoro, conservador, e Pelotas, liberal, não se queriam bem. Era imperativo, para os republicanos, aproximar um do outro, as duas espadas que se glorificaram no Paraguai. Obra possivelmente de Quintino Bocaiúva teria grandes conseqüências no futuro próximo. Caxias e Osório já haviam desaparecido, aquele em 1880; este, um ano antes. Eram dois venerados chefes e sólidos pilares em que se arrimava a Coroa. A sua falta, a monarquia começava a periclitir.

O Senador Afonso Celso, notável tribuno mineiro, em defesa de servidores de Minas, que haviam retrucado, pela imprensa, acusações injuriosas de que haviam sido vítimas, defende-os do Ministro da Justiça. Algo semelhante ao que vinha ocorrendo com militares. Associando os fatos, disse Afonso Celso que, se o Ministro Chaves mandara prender Cunha Matos porque lhe faltara ao respeito, pela imprensa, nada havia a obstar, por ato legal. A advertência, porém, por ter o Coronel se defendido das injúrias feitas na Câmara dos Deputados, essa é injusta. Disse ele:

— “O cidadão porque veste farda não perde as suas garantias nem o seu direito de defesa. As imunidades parlamentares não vão nem podem ir ao ponto de privar aquele que é vítima de invectivas, da faculdade de justificar-se com a maior ou menor energia, ainda que seja militar. O militar, como qualquer outro cidadão, tem o direito de manifestar livremente o pensamento. Esse direito constitucional só pode sofrer as limitações que lhe

puserem as ordenanças do Exército e da Armada previstas pela própria Constituição. Ora, o que proibem as leis militares? Que o oficial injurie o seu superior, ofenda o seu camarada ou estabeleça polêmica sobre assuntos que afetem a disciplina. Nenhuma dessas hipóteses justificou a repreensão. O deputado, o senador não é superior nem camarada do oficial: o assunto nada tinha com a disciplina; portanto, essa advertência foi injusta.”

Cotegipe tentava evitar a escalada dos conflitos. Admitindo que sofria um arranhão em sua autoridade, concordou em que, levantada a tese da inconstitucionalidade dos avisos ministeriais, fosse o assunto objeto de consulta ao Supremo Conselho Militar. Este opinou pela inconstitucionalidade, que se transformou em resolução imperial. O novo Ministro da Guerra, porém, recusou-se a anular as punições, exceto se requeridas pelos oficiais punidos.

Reunidos no Teatro Recreio, duzentos oficiais do Exército e da Armada, presididos por Deodoro, que tinha por secretário Sena Madureira, realizaram tumultuada assembléia, que terminou com a publicação de uma nota enérgica em que declaravam não admitir, terminado o conflito, se perdurassem os efeitos dos avisos; considerar que só a cessação de medidas tendentes a perseguir oficiais, que aderiram à questão militar poderia acalmar a irritação e o desgosto que reinavam nas fileiras; e decidiam dar plenos poderes ao Marechal Deodoro para representá-los junto ao Governo de Sua Majestade o Imperador, para conseguir uma solução digna do Governo e dos brios da classe militar.

A crise chegava ao seu auge.

Deodoro, no desempenho da delegação recebida, dirigiu duas cartas sucessivas ao Imperador, mas a saúde de Dom Pedro estava gravemente afetada. As cartas, em tom dramático, ficam sem resposta.

Torna-se público, então, um manifesto assinado por Deodoro e o Visconde de Pelotas, exortando o Parlamento a mediar a crise. Conhecido como “Manifesto dos Generais”, fora redigido por Rui Barbosa. Salientava a inconformação com o Gabinete, onde o novo Ministro da Guerra, mesmo em face da decisão do Supremo Conselho Militar de que as punições tinham sido injustas, não se dispunha a anulá-las, a menos que os oficiais punidos requeressem a anulação.

Argumentava o manifesto que a exigência era uma humilhação inadmissível, “como se à autoridade que de público reconhece haver lesado a lei numa espécie determinada e concreta, não tocasse, por nobreza, por decoro, por justiça estrita, por encargo especial de suas funções, o dever de reintegrá-la”. Criticando asperamente o Ministro da Guerra, que defendia as punições como decorrentes de transgressões disciplinares, e que se

negava a conceder o Conselho de Guerra, requerido por Sena Madureira, afirmava:

— “Princípios tais, inauditos até agora, fariam da boa fama dos oficiais brasileiros simples propriedade do Governo, sem haver mais honra de militar, que pudesse desafrontar-se de uma nódoa imerecida, quando a parcialidade de um ministro deliberasse infligir-lhe mancha e recusar-lhe o desagravo judicial. Sob tais teorias jurídicas não há Exército, nem pode haver Pátria; porque a primeira condição da Pátria é o pundonor dos defensores profissionais de sua honra.”

Depois de várias outras considerações jurídicas e de deplorar que a “doença inquietadora de Sua Majestade não nos permita invocar diretamente o Chefe do Estado”, conclui o manifesto fazendo um derradeiro apelo ao Parlamento, adiantando porém manterem-se “no posto de resistência à ilegalidade, que é o do nosso dever, do qual nada nos arredará, enquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena”. E de modo a não deixar qualquer dúvida, encerrava com estas cristalinas palavras:

— “Havemos de ser conseqüentes, como quem não conhece o caminho por onde se recua sem honra.”

Consta que a frase foi exigência do Visconde de Pelotas. Ao manifesto aderiram todas as guarnições do País, exceto Pernambuco.

No Senado discutiu-se o apelo. Para ele se transferira a crise. Conservadores e liberais dividiam-se, já agora não em termos partidários antagônicos. Novamente, a palavra elegante e respeitada de Afonso Celso se faz ouvir, para contestar a fala do Presidente do Conselho. Começou por discordar da interpretação, que dera Cotegipe, a uma expressão pronunciada por Pelotas. Este dissera que uma repreensão aplicada injustamente a um oficial ofendia a toda a classe. Cotegipe torceu a oração, para: “uma repreensão aplicada a um oficial é uma ofensa a toda a classe”.

Condenando a falta de autoridade do Governo e salientando que jamais defenderia a entrega do poder ao seu Partido (o Liberal) “pelo caminho que lhe abram as espadas e as baionetas do Exército”, disse o nobre discurso de Cotegipe. Historiou os fatos. Mostrou a incoerência do Governo ao não anular de ofício as punições, depois de ter aceito consultar o Conselho Supremo, que entendeu não terem os oficiais abusado.

— “Este ato do Governo não tem justificação e provocou a fase em que ora se acha a questão. Não! — disse o nobre Presidente do Conselho — o Governo não pode ceder à pressão do Exército. Sem dúvida que não pode, nem deve; nesse dia deixaria de ser Governo, e este País estaria sob a ditadura militar. Reclamações vivas, instantes, enérgicas de alguns oficiais é o que até hoje o orador conhece. O Governo perderia seu prestígio

se mandasse cancelar as notas, independentemente dos requerimentos dos interessados, observou Sua Excelência. Mas, perda de prestígio, por quê? Nunca um Governo fortifica-se tanto perante a opinião pública, como quando se apressa em reparar a injustiça praticada e corrigir o erro cometido.”

A exigência do requerimento, contra o que se insurgira firmemente o Tenente-Coronel Sena Madureira, era considerada um capricho.

— “Pobre País — perorou — quando o capricho reina nas alturas governamentais, onde somente devem influir a moderação e a justiça. Assim como a disciplina é o primeiro requisito de um Exército regular, a obediência é a sua base essencial. Essa obediência, porém, não se pode ser a do autômato. Os exércitos passivamente obedientes não são defensores da nação, mas guardas pretorianas e facilmente se convertem em instrumentos de golpes de Estado, como o 2 de dezembro em França.”

O Visconde de Pelotas, assumindo a responsabilidade pela autoria do manifesto, foi à tribuna e declarou que se despia das imunidades parlamentares para que o Governo o sujeitasse a Conselho de Guerra. Recordando o gesto de Pedro I, em abril de 1831, fez apelo dramático a Cotegipe:

— “Mude de orientação por amor deste País e, quem sabe, se por amor das instituições!”

Recorde-se que estávamos a 18 de maio de 1888.

O Conselheiro José Antônio Saraiva, até então indiferente, passa a indagar se não haveria um meio de conciliar Exército e Governo, uma solução para a crise que já era assustadora. Para surpresa geral, quem secunda Saraiva é Gaspar da Silveira Martins, o impetuoso representante do Rio Grande, que poucos anos antes havia promovido, por interposto amigo, a acusação de corrupção ao Marechal Deodoro, enquanto administrador da província do Rio Grande. E obtivera, até, a pronúncia pelo tribunal local, anulada posteriormente, com o reconhecimento da lisura do Marechal. Pois é Gaspar da Silveira que, fazendo alusão ao conceito que tinha ainda do comandante das armas e presidente da Província do Rio Grande, como esbanjador dos dinheiros públicos, recolheu apoiados generalizados do Plenário, ao dizer:

— “Neste assunto não há que distinguir partidos. O Exército não é liberal, nem conservador, é nacional.”

Em seguida, formalizou moção nestes termos:

“Requeiro que, à vista da imperial resolução de 3 de novembro de 1886, tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar

de 18 de outubro do mesmo ano, o Senado convida o Governo a fazer cessar os efeitos das penas disciplinares, anteriormente à resolução, impostas a militares por uso indevido da imprensa, fora do caso especificado na Consulta do Conselho Supremo, como contrário à disciplina do Exército — S. R. — Silveira Martins.”

Francisco Otaviano, orador primoroso, entrou nos debates para, ironicamente, apiedar-se da solidão de Cotegipe, que ele via desertado de seus amigos. E arrematou:

— “Os honrados senhores membros do Partido Conservador parece que têm emudecido. Na hora em que o nobre Presidente do Conselho, como suponho, tenha de retirar-se da administração pública, aceitando o conselho do Senado, poderá dizer que o seu Waterloo foi a mais brilhante batalha que travou; e como o herói das lendas francesas, decantado nos versos de Béranger, repetirá que a mais brilhante de suas batalhas foi a que perdeu por lhe faltarem os auxiliares com que contava. Votarei pela indicação.”

A moção aprovada, com a resistência, entre outros, de Cândido de Oliveira e Dantas, o Gabinete Cotegipe atendeu ao “convite” e anulou as punições. Oliveira vê nisso a “revelação, mais uma vez, da prodigiosa fecundidade inventiva dos políticos civis, quando defrontados, inesperadamente, por uma situação de perigo”.

O Senado confirmou sua vocação conciliatória, que em geral é a marca da senectude, a que está ligado *senatu*, no latim.

Ainda assim, seria um interregno na marcha para a deposição do Imperador e a mudança do regime.

Caem os conservadores. Sob o poder o Gabinete Ouro Preto. Era 7 de junho de 1889. Temperamento diverso do de Cotegipe, ou de João Alfredo, não era dado a transigências. Já na sessão de apresentação do Gabinete, repeliu vivamente a impertinência do Padre João Manuel, que em plena cerimônia gritara:

— “Viva a República!

— Viva a República, não! — redarguiu o Visconde — Não e não, porque é sob a monarquia que temos obtido a liberdade que outros países nos invejam. Viva a monarquia, forma de governo que a imensa maioria da Nação abraça, e a única que pode fazer a sua felicidade.”

Voluntarioso e intrépido, o Visconde de Ouro Preto iria ser o detonador da crise final. Surge então o estopim. É Benjamin Constant, a quem o Imperador chamava de “excelente criatura e meu amigo”. Campeão de

primeiros lugares em concursos, fora sempre preterido. Convidado por D. Pedro para preceptor de Suas Altezas Imperiais, recusa o convite. Essa altivez já fora provada ao seu tempo de cadete. Havia desaparecido, na Escola Militar, alguns objetos. Não localizando os culpados, o comandante, em ordem do dia, estende a acusação e a suspeita a todos os alunos. Tropa formada, um oficial começa a leitura do documento. Benjamin sai de forma e audaciosamente arrebatou o papel dizendo:

— “Esta ordem do dia não pode ser lida, porque é um insulto intolerável a todos os alunos!”

A conseqüência não podia ser outra. Preso, foi recolhido à Fortaleza de Santa Cruz. Intervenções generosas impediram o seu desligamento.

Estalara a guerra provocada por Solano Lopez. Logo chegou a ordem de embarque para o Tenente Benjamin, casado quando a noiva tinha apenas 15 anos de idade. Pede a esposa audiência ao Imperador. Apela para impedir o embarque do marido e já pai de duas filhas. Como professor, argumenta a angustiada Maria Joaquina, Benjamin seria mais útil que na guerra. Condoído, Dom Pedro acede ao pedido. Mas o tenente não se conforma. Vai, por seu turno, ao Imperador. A esposa, diz ele, com a melhor das intenções, era uma jovem de 18 anos e não atentara para a gravidade do pedido. Fazia questão de cumprir a ordem de embarque. Dom Pedro, mantendo o princípio de que “palavra de rei não volta atrás”, resistiu. Sua decisão ele a mantinha. Benjamin não se dá por vencido. Não se retira da presença de Sua Majestade. Audacioso, continuou a argumentar, até que o Imperador concordou, comentando com os áulicos:

—⁴ Tenente caprichoso!

Na guerra, portou-se com bravura nas missões da Engenharia. Impaludado, resistiu o que pôde até ser hospitalizado. Mal curado, regressou à frente de batalha, na faina de fazer croquis e mapas do terreno, para o estudo dos estados-maiores. Finalmente regressa à Corte, por ordem expressa de Caxias.

Em 1873, ei-lo finalmente professando matemática na Escola Militar. Em pouco tempo é ídolo dos cadetes. E os conquista para o positivismo, discípulo que era, dos mais brilhantes, de Augusto Comte. Pelo brilho de suas aulas, pela conduta pessoal irrepreensível, pela autoridade e respeitabilidade com que se havia como oficial e professor, os cadetes dele fizeram o seu símbolo da honradez. Em torno dele passou a gravitar a juventude ávida de justiça e de fraternidade, entre os homens. Muito mais eficiente que os clubes republicanos, a cátedra de Benjamin Constant foi um pólo de onde se irradiou a mais poderosa das correntes abolicionistas e republicanas. Sem esse mestre admirado e venerado, não é exagero afirmar, talvez o 15 de novembro não tivesse passado de uma revolta militar, bem sucedida na deposição de um Gabinete, e não da monarquia.

Major ainda, Benjamin é o orador que empolga os oficiais reunidos no Teatro Recreio, sob a presidência de Deodoro, que, exonerado do comando das armas no Rio Grande, viera para o Rio.

Devotado à causa republicana, Benjamin foi o decisivo instrumento para obter a conversão de Deodoro, que até pouco antes, ainda em novembro, era monarquista convicto e nutria pelo Imperador uma amizade profunda e um respeito inalterado ao longo de uma vida. Visitando constantemente Deodoro, tudo fazia para convencê-lo de que a reação militar a tantas injustiças não podia deter-se na mudança de um ministério. Havia que ir mais longe. Era imperativo que se mudasse o próprio regime, já que o terceiro reinado se prenunciava desastroso.

Trabalhado vivamente por Benjamin, o Marechal Deodoro vacilava. Nos dias 10 e 11 de novembro, nova carga de Benjamin, ao qual se juntaram Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Francisco Glycério. O sentimento de lealdade e a força da amizade pelo amigo que o cumulava de atenções levou Deodoro a balbuciar:

— “Eu queria tanto acompanhar o caixão do Imperador, que está velho, e a quem respeito muito.”

Percebendo o perigo da contaminação emocional e o efeito da ternura por Dom Pedro no bravo Marechal, Benjamin insistiu com o maior vigor. Vencido, afinal, Deodoro admitiu ainda com a maior relutância:

— “Pois então façamos a República.”

Dois dias depois, ao receber em sua casa o Marechal Ilha Moreira, que também pretendia catequizá-lo, Deodoro o surpreendeu:

— “Ilha, a República é a nossa única saída, a salvação do Exército. Depois, indo ao encontro da propaganda republicana, talvez possamos evitar o derramamento de sangue.”

As voltas do destino são caprichosas. O Visconde de Ouro Preto, que tivera papel relevante na defesa dos militares, nos casos Cunha Matos e Sena Madureira, e que dissera a Cotegipe não aceitar jamais uma ditadura militar e nem que seu partido, o Liberal, chegasse ao poder com o caminho aberto pelas baionetas, vai ser precisamente o detonador, ou o pretexto para a detonação da revolta militar que acabou destronando Dom Pedro II e fazendo a República.

Presidente do Conselho de Ministros, Ouro Preto não transigia, nem tinha a ductilidade de Cotegipe, ou a humildade de João Alfredo, que ao presidir o Gabinete a primeira coisa que fez foi escrever a Deodoro dizendo que nada faria nem deveria fazer, antes de ouvir e aconselhar-se com o Marechal. Defendeu Ouro Preto o que lhe parecia o direito, de o militar desagrar-se publicamente de injúrias e difamações, mas sempre ressaltou que as transgressões disciplinares não poderiam ficar impunes. Haveria de ser, porém, no seu Governo que a explosão final dar-se-ia.

Já agora não se tratava de defender a "honra da farda", o que unia militares. Era o verbo de Benjamin que, somado à doença do Imperador e ao receio quase generalizado de um terceiro reinado com o Conde D'Eu como regente de fato, provocaria a agitação republicana.

Não admitindo a indisciplina, Ouro Preto demite o comandante da Escola Militar por sua omissão quando, em cerimônia de recepção a oficiais chilenos, Benjamin discursa fazendo praticamente a apologia da República. Censura o Ministro da Guerra, Cândido de Oliveira, porque, presente à cerimônia, não deu voz de prisão ao tenente-coronel indisciplinado e apenas retirou-se em protesto silencioso. E foi além: não lhe bastava a exoneração do General Miranda Reis. Determinou a constituição de um conselho de oficiais professores, na Escola Militar, para o enquadramento de Benjamin nos regulamentos vigentes, de modo a puni-lo também. Até Dom Pedro, paternal e suasório, tentou demovê-lo.

— "Qual, Sr. Ouro Preto, não vá por aí. O senhor acredita no resultado desse Conselho? Lobo não come lobo. O Benjamin é uma excelente criatura, incapaz de violências; é homem de X mais B, e além disso muito meu amigo: mande chamá-lo, fale com franqueza e verá que ele acabará voltando ao bom caminho."

Ouro Preto, cioso de sua autoridade, respondeu respeitosamente, mas insistiu:

— "Sou Governo. Diante de um fato público como este, não sei como me posso entender com esse oficial, antes que ele seja punido e convencido de sua falta."

Irredutível, diante de uma indisciplina coletiva, que implicava o 22.º Batalhão, transfere-o para o Amazonas. Mais tarde, disse tê-lo feito a conselho de Floriano Peixoto, Ajudante General, em cujo perfil disciplinador tanto confiava.

Logo uma intriga bem urdida fez divulgar que Ouro Preto estava aplicando a tática de dispersar as unidades militares, para enfraquecer o Exército. Ademais, um boato tomara conta dos arraiais castrenses: o de que Ouro Preto não se contentava com a punição de Benjamin, e iria prender Deodoro, em cuja casa se sucediam reuniões. Consta que essa versão foi inventada propositalmente pelo Major Solon Ribeiro, republicano ardoroso, para forçar a reação do Exército. Outro rumor, esse com certo fundamento, divulgava a determinação de Ouro Preto de organizar, armar e adestrar a Guarda Nacional, como possível força a opor-se aos militares de linha. Pode imaginar-se a agitação que tomou conta dos quartéis da tropa regular. Finalmente, outro boato, já deposto Ouro Preto, visava motivar definitivamente o Marechal Deodoro para a República: o de que Dom Pedro encarregaria de formar o novo governo a ninguém menos que Gaspar Silveira Martins, que, inimigo de Deodoro, já o tinha feito passar pela ofensa de incriminá-lo como corrupto no Rio Grande.

Assim, de boato em boato, e diante da postura inflexível de Ouro Preto, que não admitia a indisciplina militar, chegou-se à República.

Deodoro, acamado embora, levanta-se na manhã de 15 e monta o seu cavalo baio, para investir contra o Governo, até aí sustentado militarmente pelo General Floriano Peixoto, Ajudante General. Ouro Preto recusara parlamentar com Deodoro que, à frente da tropa amotinada, pedira a Floriano que dissesse a Ouro Preto "que já estava pronto para conferenciar com o chefe do Governo".

Inflexível, Ouro Preto respondeu asperamente:

— "Diga ao Sr. Deodoro que nenhum comando lhe foi confiado pelo Governo e que não posso conferenciar com um general que está no comando de um força de revoltosos".

Em seguida, vem o diálogo que selou o destino do Governo e da monarquia. Estando a artilharia rebelde desdobrada metros em frente ao Quartel General, Ouro Preto interpela Floriano Peixoto:

— "Essa artilharia pode ser tomada a baioneta. No Paraguai os nossos soldados apoderaram-se de artilharia em piores condições".

O Ajudante General fulmina as esperanças legalistas, respondendo:

— "Mas lá tínhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros".

Mais tarde, em seu próprio livro, Ouro Preto escreveria:

"Se eu pudesse ainda manter ilusões, elas se teriam dissipado ante essa frase."

Aclamado pela tropa que deveria defender o Governo, Deodoro adentra o Quartel General, sob os gritos de "Viva o Marechal Deodoro!" Dirige duras palavras ao Visconde de Ouro Preto, que lhe respondeu com altivez e dignidade. E conclui bruscamente como se se dirigisse a soldados:

— "Para as vossas casas, senhores ministros".

Horas depois, estaria proclamada a República, com o sangue derramado somente do Barão de Ladário.

Há quem, abalazadamente, veja na renúncia de Zacarias de Goes a causa remota da queda da monarquia, pelo desencanto com o que foi denominado de "golpe imperial", acusado Dom Pedro II de abuso do poder pessoal. E, ainda no Gabinete Zacarias, a escolha, contra sua vontade, de Caxias, para comandar o Exército brasileiro, estagnado na frente de Curupaiti. Desde então teria crescido a indiferença ou a hostilidade para com a Coroa, sentimento que aumentou com a abolição da escravatura, ressentidos os oligarcas rurais, até então um dos pilares da monarquia.

As causas imediatas estão na pregação do positivismo, especialmente nas aulas de Benjamin Constant na Escola Militar, em conexão com as idéias republicanas, irradiadas também e particularmente nas escolas de Direito. Estão, talvez principalmente, nos conflitos envolvendo militares e os "casacas", designação pejorativa dada aos políticos que assumiam o Ministério da Guerra, no regime parlamentar, e que passaram para a História como "a Questão Militar". Por fim, não se pode perder de vista o melindre da Igreja, em consequência da "Questão Religiosa".

Ainda assim, foi a farda, foi a espada, foi a influência intelectual de Benjamin Constant que transformou a reação militar contra o Gabinete Ouro Preto, na consequência muito mais profunda que a destituição violenta de um governo, para atingir mortalmente a própria monarquia vista com grande suspeição, quanto à sucessão de Dom Pedro II, com o risco de termos um príncipe consorte impopular como imperador de fato.

Fora de dúvida é que a República foi obra fundamentalmente dos militares. Os clubes republicanos do Rio de Janeiro ainda tiveram alguma influência, porque Quintino Bocaiúva, convencido de que somente o estamento militar poderia derrubar a monarquia, aproximou-se dos oficiais republicanos. Os de São Paulo, onde eram em maior número e expressão, esses parece terem sido até surpreendidos no 15 de novembro de 1889.

Pedro Calmon localiza no episódio em que Zacharias de Goes é vencido, na decisão imperial, pelo Duque de Caxias, o embrião do "poder militar". Note-se que, no caso da vitória dos ideais republicanos, a tese de que o Império se sustentou no "Poder Moderador" de Dom Pedro é revigorada, na medida em que, seriamente doente o Imperador deixou de exercer esse privilégio de árbitro, ficando a vitória com os que tinham o privilégio da força.

Historiadores contemporâneos há que vêem, no "Exército de Deodoro", a gênese de uma suposta missão que as Forças Armadas se teriam auto-atribuído: exatamente a de "Poder Moderador", pois, desde então conscientizadas de que podem mudar não só governos como regimes, impõem-se a tarefa de intervir sempre, que a seu critério, devam fazê-lo com a intenção de salvar as instituições.

Embora nunca merecendo chamar-se um "partido militar", inserido na vida política brasileira, é esse mesmo Exército, são as Forças Armadas modernas que sucessivamente derrubam a oligarquia republicana de 1930; que sustentam a ditadura Vargas, no golpe de 1937, a ser por seu turno derrubada em 45; que intervêm em 54, 55 e 61, e pela primeira vez assumem diretamente o poder em 64, para promoverem elas mesmas a distensão e a entrega do poder aos civis 21 anos depois. Quase sempre, o apelo para a intervenção vem de fora, dos políticos que o Presidente Castello, lembrando palavras de Caxias em outras circunstâncias, chamou de "vivandeiras" dos quartéis. Ele mesmo, que na Escola de Comando e

Estado-Maior criticava duramente o envolvimento do militar na política, teve de compreender que, por vezes, isso é resultado de outro apelo: o que é interior, que resulta da consciência de inevitabilidade da intervenção, quando a omissão corresponderia à convivência com o solapamento das instituições e a ameaça à liberdade. Então, a impaciência e a consciência da gravidade do perigo impele os militares a saírem de seu papel fundamental. Foi o exemplo do próprio General Castello Branco, que teorizava convictamente contra desvios dessa natureza, mas se viu forçado a baixar, nos últimos dias de março de 1964, as suas famosas instruções de Chefe do Estado-Maior, abraçando a tese de que a ilegalidade estava não na ação sancionadora, mas em quem, no exercício do poder, afastara-se do cumprimento do dever constitucional.

Assim como, já no Segundo Império, os militares provinham da classe média que então nascia, entre o patriciado e o escravo, com o desenvolvimento da sociedade e seu estágio superior de complexidade, eles continuam sendo recrutados nesse segmento da população. Natural e até fatal é que sejam permeáveis aos anseios, aos sentimentos críticos e até à revolta desse estrato social. Mesmo hoje, quando o proletariado urbano apresenta razoável grau de organização, a classe média é, ainda, a grande formadora de opinião pública.

Se examinarmos com isenção o desenvolvimento político brasileiro veremos que, se o Exército de Deodoro e Floriano proclamou uma República a que o povo, no dizer do republicano Aristides Lobo, "assistiu bestializado", todas as intervenções posteriores evidenciam que os militares têm-se curvado ao pensamento dominante que prepondera na opinião pública e, jamais, como intérpretes de privilégios de casta, que nunca foram nem serão.

BIBLIOGRAFIA

- OLIVEIRA VIANNA — "O Ocaso do Império" — Cia. Melhoramentos de São Paulo — 2ª edição.
- TEIXEIRA MENDES — "Benjamin Constant" — Publicação do Apostolado Positivista do Brasil — Rio de Janeiro — 2ª edição.
- IDÉIAS POLÍTICAS DE JÚLIO DE CASTILHOS — Edição Conjunta do Senado, MEC e Casa de Rui Barbosa, 1982.
- SALIM DE MIRANDA — "Floriano" — Biblioteca do Exército — 1963.
- A. DE LYRA TAVARES — "Aristides Lobo e a República" — Editora José Olympio — Rio de Janeiro — 1987.
- AFONSO CELSO (Visconde de Ouro Preto) — "Perfis Parlamentares" — Câmara dos Deputados em convênio com a Editora José Olympio — Brasília — 1978.
- GASTÃO PEREIRA DA SILVA — "Prudente de Moraes — o Pacificador" — Zélio Valverde Editor.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE — Editora Delta — Rio de Janeiro.
- RUI BARBOSA — Obras Completas — Tomo VII — Casa de Rui Barbosa.